

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG

Termo de Referência 70/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG Editado por Atualizado em
70/2026 984767-PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA 04/05/2026 11:30 (v 0.3)
Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		PRC 72/2026

1. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ANEXO ITERMO DE REFERÊNCIA – TRPE 025/2026 – PRC 072/2026

Requisição nº 22/2026	Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Saúde
Responsável pela demanda: Paula Lopes Silva (Diretora de Reabilitação)	
E-mail: smscomprasleopoldina@gmail.com	Telefone: (32) 3449-2400

1	OBJETO
	1.1- O Termo de Referência tem por objetivo contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação, tratamento químico e manutenção preventiva e corretiva de piscina , com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e mão de obra, a ser realizada por meio de licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO , tipo menor preço por item .

	<p>1.2- O Contratante declara que o objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 5.085/22.</p> <p>1.3- O serviço objeto desta contratação são caracterizados como comuns.</p> <p>1.4- Foi observado nesse processo o princípio da segregação de função.</p> <p>1.5- A licitação será por itens, conforme tabela abaixo:</p>					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA DE REF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PRAZO DO CONTRATO	PRORROGAÇÃO (S/N)
1	Serviço de manutenção completa de piscina com fornecimento de materiais CATSER 9962	-	SV	12	12 meses	S

<p>2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</p>
<p>A contratação se faz necessária para garantir a adequada utilização da piscina do NIR, utilizada em atividades de fisioterapia e reabilitação, assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • qualidade da água e segurança sanitária; • prevenção de doenças e contaminações; • controle de vetores (especialmente o mosquito da dengue); • conservação da estrutura física e dos equipamentos; • continuidade dos serviços de saúde oferecidos à população. <p>A ausência de manutenção adequada pode acarretar riscos à saúde dos usuários, além de comprometer a funcionalidade do equipamento público.</p>

<p>3- SOLUÇÃO</p>
<p>3.1 A presente contratação possibilitará a solução da demanda exposta na cláusula anterior, visando a adequada utilização da piscina do NIR, proporcionando o bom funcionamento das atividades praticadas</p>

neste ambiente. Ressalvando ainda a importância de se evitarem riscos de contaminação, garantindo assim o bem estar dos usuários.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1- Estar de acordo com as normas técnicas da ABNT, bem como as homologadas pelo PROCON/IBAMA, na execução dos serviços objeto deste termo de referência a empresa contratada deverá obrigatoriamente promover as práticas de sustentabilidade ambiental;

4.2- A futura contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

4.3- Aqueles indicados nos arts. 68 da Lei nº 14.133/21.

I- Contrato ou estatuto social atualizado;

II- Documento de identidade do sócio administrador e procurador, se houver, com a procuração respectiva;

III- Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme o art. 125 do Decreto Municipal nº 5.188/23;

IV- As declarações do art.124 do Decreto Municipal nº 5.188/23, pois também se relacionam com situações em que é vedada a contratação com a administração pública municipal;

V- CND federal;

VI- Certidão negativa de falência. (ou outra forma de comprovação da qualificação econômica, conforme o caso, de acordo com o art. 69 da Lei de licitações, a depender da complexidade do objeto.);

VII- CND estadual;

VIII- CND municipal;

IX- CND trabalhista;

X- Certificado de Regularidade do FGTS.

4.4- O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), exceto se inferior ao prazo de garantia oferecido pelo fabricante/proponente;

4.5- A empresa contratada deverá apresentar também:

- **Indicar responsável técnico devidamente habilitado**, com registro ativo no conselho profissional competente (ex: CREA, CRQ ou equivalente, conforme a natureza do serviço);
- Apresentar comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa;
- **Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** referente aos serviços de tratamento, manutenção e controle da qualidade da água da piscina;
- Garantir que os serviços sejam executados sob supervisão técnica do profissional habilitado;
- Apresentar ART no início da execução contratual e sempre que houver alteração relevante.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1- A prestação dos serviços seguirá a seguinte dinâmica:

Definição do Serviço:

- Cada **01 (um) serviço corresponde a 10 (dez) manutenções mensais**;
- Deverá ser realizada **frequência mínima de 2 (duas) manutenções por semana**;
- Total estimado: **120 manutenções ao longo do contrato**.

5.1.1- Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2- Medição do PH e temperatura, tratamento da água com aplicação de produtos, Aspiração e limpeza da piscina, controle da temperatura, do PH e demais serviços de manutenção, Lavagem das bordas das piscinas com produtos adequados para o tipo de piso, escovação das paredes, aspiração do fundo, remoção das impurezas da superfície da água, verificação do sistema de funcionamento da piscina e notificação para a secretaria de saúde caso haja alguma inconformidade com a tubulação, vazamentos em geral, mal funcionamento e demais equipamentos;

5.2- Os serviços serão prestados no NIR, no seguinte endereço: Rua presidente Carlos Luz, Nº 120, bairro: Centro – Leopoldina – MG;

5.3- Os serviços de manutenção da piscina serão realizados em dias e horários previamente definidos, **em comum acordo entre a empresa contratada e o servidor designado como fiscal do contrato**, de modo a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e não prejudicar o funcionamento das atividades desenvolvidas no local. A programação poderá ser ajustada sempre que necessário, mediante comunicação prévia entre as partes, garantindo-se o cumprimento da frequência mínima estabelecida neste Termo de Referência.

5.4- O Município reserva o direito de não receber os bens/serviços contratados com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis;

5.5- Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

5.6- A proposta comercial terá validade de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua entrega;

5.7- Os insumos e todo o material utilizados na limpeza das piscinas serão fornecidos pelo CONTRATADA;

5.8- A futura contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.9- A futura contratada deverá providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pelo gestor e ou fiscal com respeito à execução do objeto;

5.10- A futura contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade dos produtos/serviços entregues, e pela averiguação do prazo de validade, substituindo aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes deste Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual, sem qualquer custo adicional para o Município;

5.11- A futura contratada deverá dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato durante toda a sua vigência a pedido do Município;

5.12- A futura contratada deverá executar o contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos produtos entregues;

5.13- A futura contratada deverá cumprir os prazos previstos no contrato ou outros que venham a ser fixados pelo Município.

6- DO CONTRATO

6.1- A Adjudicatária terá o prazo de até 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação formal pelo contratante, para assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis. A administração convocará o licitante vencedor no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua convocação para assinar o contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.2- O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, contados a partir da data de sua publicação.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1- Observado o disposto na legislação, a gestão do contrato será realizada pela servidora Paula Lopes Silva (Diretora de Reabilitação);

7.1.1- As atribuições do gestor do contrato são aquelas previstas no art. 20 do Decreto Municipal nº 5.190/23;

7.2- A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor Glauco de Castro Lacerda (educador físico);

7.3- O Fiscal do Contrato será responsável pelo acompanhamento da execução contratual, desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação, controle e fiscalização;

7.4- O fiscal de contrato comunicará à contratada, por escrito, preferencialmente via e-mail, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para a imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

7.5- Compete ao Fiscal desempenhar as atribuições previstas no art. 21 do Decreto Municipal nº 5.190/23.

7.6- A presença da Fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.

7.7- O Município reserva o direito de não receber os bens contratados com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis;

7.8- Nos valores propostos pelos fornecedores deverão estar inclusos todos os custos logísticos, operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1- O pagamento decorrente da concretização do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria, em parcela mensal única, conforme nota fiscal/fatura, em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo;

8.2- A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal;

- 8.3- O gestor e/ou a Contabilidade, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;**
- 8.4- O pagamento devido pelo Município será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela Contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;**
- 8.5- Os pagamentos ao contratado somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços e/ou entrega dos produtos, nas condições estabelecidas, o que será comprovado por meio de atestação em documento correspondente, emitida pelo gestor de contrato do Município;**
- 8.6- Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;**
- 8.7- Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.**

9. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 9.1- O futuro contratado será selecionado através de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital do Certame e seus anexos.**
- 9.2- Não será permitida a participação de Consórcios. A ausência dos consórcios não importará prejuízo ao certame visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não se aplica ao presente caso.**

Cabe ao administrador público avaliar a conveniência e a oportunidade em torno da admissão ou não de consórcios, em face do vulto e/ou complexidade técnica do objeto do certame, sempre levando em consideração o interesse público. Voltando-se para a análise da situação no caso em exame o objeto do certame, contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação, tratamento químico e manutenção preventiva e corretiva de piscina, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e mão de obra, não se esbarra nas questões de maior vulto e de maior complexidade técnica, a justificar a necessidade de formação de empresas em consórcio para participação na licitação, de forma a unir esforços para se conseguir somar qualificações econômico-financeiras e qualificações técnicas. Ademais, o consórcio, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriado para consecução de objeto certo e determinado no tempo, a exemplo de obras, diversamente do que ocorre na espécie, onde se busca a contratação de serviços que rotineiramente farão parte das atividades do órgão licitado;

9.3- A presente licitação é de participação exclusivas das Microempresas, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedores individuais definidas na referida Lei. Não será admitida nesta licitação a participação das empresas que não se enquadrem como ME ou EPP ou MEI, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 incluindo as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, ou que nessa condição estejam incluídas em alguma das excludentes hipóteses do § 4º do art. 3º da mencionada Lei Complementar.

9.4- Será admitida nesta licitação a participação de Cooperativas que preencham os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/21.

10. estimativas do valor da contratação

10.1- Metodologia

Na forma do art. 23, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação é o descrito na tabela abaixo, referente ao menor preço obtido por meio de pesquisa direta com fornecedores da área e o PNCP, conforme documentos anexos.

Item	valor	Unid.	QDE	Total

1	R\$ 2.040,38	SV	12	R\$ 24.484,56
---	--------------	----	----	---------------

10.2. Razão da escolha

Foram escolhidos para apresentarem orçamento todos aqueles fornecedores que são de conhecimento dessa Secretaria que potencialmente poderiam executar o objeto do contrato nas condições previstas neste TR.

10.3. Da data dos orçamentos:

Os orçamentos foram colhidos antes de decorridos 06 (seis) meses da contratação.

10.4. Todos os fornecedores consultados apresentaram orçamento.

A. Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP)

10.5. Matriz de Risco

Serviços: Considerando que a presente contratação se trata da prestação de serviço comum, que não se enquadra como de grande vulto, e tendo em vista que não foram adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, sobretudo porque a análise pormenorizada dos riscos revela-se incompatível com a natureza do objeto, dispensa-se a elaboração de matriz de risco, nos termos do art. 22, caput, e § 3º, da Lei nº 14.133/21, e conforme art. 150, § 4º, inciso I, do Decreto Municipal nº 5.180/23. O ônus financeiro decorrente da revisão do valor contratado para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/21, poderá ser suportado pelo CONTRATANTE em caso de elevação extraordinária dos custos, e pelo CONTRATADO em caso de redução, observadas as diretrizes dos arts. 172 e ss. do Decreto Municipal nº 5.180/23.

11. Adequação orçamentária

A dotação orçamentária que suportará o custo da aquisição é a seguinte: Ficha 1420 BLATB – C /C 575848214-1 – Emenda 7114002

Rede de Atenção Básica, dotação: 021100.10.301.0129.2815.0000.3.3.90.39

12- SUSTENTABILIDADE

12.1 - Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a empresa vencedora atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental. As especificações dos materiais a serem adquiridos, contemplam além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem.

Leopoldina/MG, dia 30 de abril de 2026.

PAULA LOPES SILVA

DIRETORA DE REABILITAÇÃO

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: A responsabilidade atestada refere-se única e exclusivamente à transcrição das informações para o sistema digital, permanecendo o conteúdo sob responsabilidade dos servidores autores.

RAFAELA PIRES DE OLIVEIRA
OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS



Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 11:30:37.